

Introdução

“Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 7, 1948).

*“Eu desconfiava:
todas as histórias em quadrinho são iguais.
Todos os filmes norte-americanos são iguais.
Todos os filmes de todos os países são iguais.
Todos os best-sellers são iguais.
Todos os campeonatos nacionais e internacionais de futebol são iguais.
Todos os partidos políticos são iguais.
Todas as mulheres que andam na moda são iguais.
Todas as experiências de sexo são iguais.
Todos os sonetos, gazéis, virelais, sextinas e rondós são iguais
e todos, todos os poemas em versos livres são enfadonhamente iguais.*

*Todas as guerras do mundo são iguais.
Todas as fomes são iguais.
Todos os amores, iguais iguais iguais.
Iguais todos os rompimentos.
A morte é igualíssima.
Todas as criações da natureza são iguais.
Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.
Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.
Não é igual a nada.*

Todo ser humano é um estranho ímpar”. (Carlos Drummond de Andrade. Igual Desigual).

“Todos os homens são iguais perante a lei” e “Todo ser humano é um estranho ímpar”. Nada mais atual, contemporâneo do que o reconhecimento da singularidade do ser humano. E nada mais moderno do que a própria concepção dos direitos humanos dos cidadãos que os concebem como iguais e portadores de direitos imprescindíveis para a realização de uma “vida digna”.

O trabalho que ora se inicia tem como vértices principais para tratar do tema do déficit qualitativo da educação pública no Brasil as noções de igualdade e diferença, sempre pensando-as dentro de um arcabouço maior, o dos direitos humanos e de cidadania. Por isso Drummond foi “convidado” a abrir este trabalho, lado a lado com a citação de um dos artigos da Declaração dos Direitos

humanos. Pensar em direitos humanos e de cidadania implica ao mesmo tempo pensar na garantia legal de determinados direitos para todos, e em igualdade no usufruto desses direitos. Mas também, e mais especificamente a partir de meados do século XX – e no caso do Brasil a partir da década de 1980 – implica no reconhecimento e valorização da diversidade cultural, isto é, das singularidades pertinentes a cada indivíduo ou grupo.

Mas por que, sendo o tema deste trabalho a educação pública no Brasil, começar tratando da temática dos direitos, da igualdade e da diferença? A educação neste trabalho é concebida como um direito social e humano e, além disso, como uma pré-condição para o exercício desses direitos humanos e de cidadania. Na condição de direito, a educação deve ser ofertada a todos os indivíduos em igualdade de condições, independentemente de suas complementaridades socioeconômicas e culturais. E em sendo ela compreendida como fundamental para a capacitação de sujeitos cognoscentes, isto é, de sujeitos aptos a adquirir conhecimento, e a pensá-lo e transformá-lo de forma crítica, reflexiva e autônoma, torna-se, dessa maneira, um pré-requisito para o próprio exercício dos direitos civis e políticos. Em outras palavras, a formação propiciada pela educação, contribui para a capacitação de sujeitos mais habilitados ao exercício de suas liberdades, à participação política e à luta em prol da igualdade no usufruto desses direitos considerados inalienáveis.

A temática da igualdade e da diferença se mostra muito importante uma vez que a relação entre esses valores marca toda a discussão desenvolvida nesse trabalho, orientada pela premissa de que uma educação pública como a que se apresenta estruturada no Brasil, em razão de sua baixa qualidade, não se mostra como democrática, dado que não capacita a todos em igualdade de condições e tampouco representa toda a diversidade cultural existente no país. Nesse sentido, partir-se-á da hipótese de que esse tipo de educação ofertada, qualitativamente deficitária, contribui para a naturalização das desigualdades sociais dentro dos muros escolares e para a reprodução das mesmas fora desses muros. A evolução desse ciclo de reprodução de desigualdades dentro do qual a educação escolar se fez representar poderá ser acompanhada, assumindo formas diferentes, no decorrer dos capítulos, mas sempre tendo como resultado a formação de jovens pouco habilitados às competências sugeridas por suas séries, para as demandas do mercado de trabalho, assim como para o exercício da cidadania.

Ao assumirmos a importância da educação *como e para* os direitos de cidadania, com fito de tentar compreender algumas das possíveis causas de seu déficit qualitativo na atualidade assim como suas implicações para o exercício da cidadania, voltamos à década de 1930, dado que esta década serviu de berço para a formação dos direitos de cidadania no Brasil, bem como para a primeira expansão mais sistemática do ensino público no país.

No primeiro capítulo, portanto, trataremos de traçar um pouco do caminho trilhado pela educação no século XX, mais especificamente entre as décadas de 1930 e 1980, chamando sempre a atenção, mediante essa sociologia histórica, para a relação existente entre educação e direitos e, sobretudo, para a relação desenvolvida entre a forma “invertida” e “conservadora” como se desenvolveram os direitos de cidadania no Brasil, e a própria caracterização da educação pública como sendo seletiva e reprodutora de desigualdades, ao invés de contribuir para a promoção da igualdade e justiça social.

Atentamos neste capítulo para alguns dos avanços e retrocessos importantes no campo educacional e dos direitos que marcaram o desenvolvimento do sistema público de ensino, legando-nos, já no século XXI, uma educação ainda precária do ponto de vista qualitativo, ainda que quase universalizada sob o aspecto quantitativo. É sobre essa expansão quantitativa aliada ao ainda persistente déficit qualitativo que trataremos no capítulo segundo desta dissertação.

Com o retrato tirado da educação pública brasileira no primeiro capítulo, passamos a um quadro mais contemporâneo da educação pública, que segue do final da década de 1980 até a atualidade. Para pintá-lo, lançaremos mão de alguns indicadores importantes para medir o quanto avançamos, e o quanto ainda carecemos de melhorias, a fim de podermos conceber a educação pública no Brasil como efetivamente de qualidade. Analisaremos as variações de algumas taxas, como as de matrícula, analfabetismo, analfabetismo funcional, defasagem série/idade, aprovação, reprovação, conclusão e afastamento por abandono, assim como destacaremos as médias de desempenho dos alunos avaliados pelo SAEB, com o intuito de apreender as mudanças sofridas por essa educação a partir de 1980 e identificar, mediante a análise da realidade escolar, possibilidades para transcender o déficit de qualidade e às desigualdades que cortam o sistema de ensino público no país.

A análise do passado associada aos dados que nos delineiam a educação pública no presente, nos permite atentar para a importância de pensar (e realizar) a educação *como* um direito e de estruturar sua prática pedagógica com base na noção de direitos e *para* o exercício dos direitos. Sugere-se que uma educação *como* e *para* os direitos reconheceria e valorizaria a diversidade cultural e favoreceria algumas importantes competências para a formação de sujeitos cognoscentes que, por sua vez, mais do que habilitados para competir com o mínimo de igualdade de condições por uma vaga no mercado, estariam mais aptos à participação democrática e à luta por justiça e igualdade social. É sobre esse possível modelo de educação orientado pelos direitos humanos e de cidadania – que chamaremos de emancipatório – e o contexto sóciopolítico e econômico dentro qual esse modelo pode começar a ser pensado que trataremos no capítulo terceiro desta dissertação.

Ao sairmos da década de 1930 e chegarmos à atualidade percorreremos um pouco do caminho trilhado pela educação pública no Brasil, destacando, a cada parada, um pouco também dos dilemas e das tensões implicadas no desenvolvimento e realização dessa educação para o alcance de uma educação efetivamente de qualidade, qualidade no sentido de inclusiva, democrática e emancipatória. Percorreremos um “*caminho áspero e escarpado*” (PLATÃO)¹ com fito de encontrarmos as possíveis razões do déficit qualitativo da educação pública no Brasil e suas possíveis implicações para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia participativa entre nós. Por fim, devemos salientar que este caminho será trilhado de forma crítica e reflexiva com vistas à procura de novos caminhos e possíveis alternativas para tentarmos reverter esse quadro perverso que nos leva à naturalização e reprodução das desigualdades sociais dentro dos muros escolares.

¹Platão, O Mito da Caverna *in* A República, 1993, 7ª edição.